



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – FASA
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
HABILITAÇÃO EM JORNALISMO
DISCIPLINA: MONOGRAFIA
PROFESSORA ORIENTADORA: CLAUDIA MARIA BUSATO
ÁREA: ESTUDOS CULTURAIS

DESEMPREGADO BRASILEIRO NO CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO IMAGINÁRIA DO PAÍS DE TODOS

GIZELE CHAVES DA SILVA
RA: 2032726/2

Brasília, novembro de 2006

GIZELE CHAVES DA SILVA

**DESEMPREGADO BRASILEIRO NO CONTEXTO
DA CONSTRUÇÃO IMAGINÁRIA DO PAÍS DE
TODOS**

Trabalho ao curso de Comunicação Social, como requisito parcial para a obtenção ao grau de Bacharel em Jornalismo do UniCEUB – Centro Universitário de Brasília

Prof.Ms. Cláudia Maria Busato

Brasília, novembro de 2006

GIZELE CHAVES DA SILVA

DESEMPREGADO BRASILEIRO NO CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO IMAGINÁRIA DO PAÍS DE TODOS

Trabalho ao curso de Comunicação Social, como requisito parcial para a obtenção ao grau de Bacharel em Jornalismo do UniCEUB – Centro Universitário de Brasília

Banca Examinadora

Prof. Claudia Maria busato
Orientadora

Examinador

Examinador

Brasília, novembro de 2006

A meus pais, com gratidão

Agradecimentos

Agradeço à Mirian (mãe), Wilson (pai), com respeito. Às irmãs Inez e Mariana e aos irmãos Jonathas e Thiago, com amor. Aos sobrinhos Pedro e Gabriel, com esperança. À cunhada Ellen, à tia Vilma e ao Padrinho Adilson, com reconhecimento pelos cuidados e ajuda. À Claudia Busato, orientadora desta pesquisa, com reconhecimento. Ao Manuel, querido amigo e referência intelectual, com admiração. Cintia, Gustavo, Leonardo, Tatiana e Lívia, grandes amigos, com doçura. Sil, Thais, Carlinha, Hugo, Shirley, Aline, Naty, Alexandre, Dany, Cami, Mariana, Renata, companheiras, companheiros de curso e amigos do coração, com carinho, gratidão e respeito. Especialmente ao querido Chico, pela ajuda na hora de escolher o *corpus* da pesquisa, com contentamento. Drica, Badu, Marci, Bia, Marciel, Ruth, Nena, Mourão, Bruno, Dani, Javan, Renato e Macarius, com imensa alegria.

A denúncia de tudo quanto mutila a espécie humana e impede sua felicidade nasce da confiança no homem [...] agora, quando se imagina que a ciência nos ajudou a vencer o terror do desconhecido na natureza, somos escravos das pressões sociais que esta mesma ciência criou [...] se quisermos verdadeiramente emancipar o homem do medo e da dor, então a denúncia do que hoje se chama razão e ciência é o melhor serviço que a razão pode prestar.

Horkheimer

Resumo

O presente trabalho propõe uma reflexão acerca da noção imaginária de que o Brasil é uma nação de todos, a partir de uma análise do papel da desempregada e do desempregado brasileiro na constituição de nossa sociedade. Para tanto, a propaganda do Governo Federal “Brasil, um país de todos” é objeto de análise, não pelo prisma de análise de discurso, mas sim a partir da identificação de elementos culturais da idéia de nação uma que perpretam a idéia de que o Brasil é um país de todos, explícita na propaganda. As lacunas das construções ideológicas serão apontadas de modo a verificar os percalços que possibilitam a disseminação das ideologias que escravizam mentes e diminuem as chances de que mulheres e homens sejam os sujeitos da própria existência, como clamara o grande educador Paulo Freire.

Palavras-Chave: Desemprego, Desigualdade Social, Alienação, Exército de Reserva.

Sumário

Agradecimentos	5
1 Introdução	9
2 Pecado da ostentação, virtude do labor – Breve passagem pela configuração do Estado Moderno	11
2.1 Quem guarda os portões da fábrica?.....	13
2.2 Fordismo, pós – Fordismo (Toyotismo).....	16
2.3 Crise da ordem salarial: Ameaça de desintegração do corpo social na era da filantropia....	17
3 Vai te estragar, vai trabalhar	24
3.1 “Ai! Que preguiça!...” – O direito ao ócio e o caráter lícito do lazer	29
3.2 Identidade, dê-identidade e mediação no Brasil do desemprego	31
4 Ideologia, eu quero uma pra viver.....	34
5 Conclusão.....	42
6 Referências:	44

1 Introdução

O problema que se apresenta é o de entender, mediante análise das lacunas ideológicas das formações sociais que se enfrentam e se fundem para a construção imagética da idéia de Brasil enquanto um “país de todos”, como é que esta idéia se propaga. Perceber onde fica o desempregado nesta história e quais os mecanismos que possibilitam que paradoxalmente à uniformidade cultural se mascare a organização desigual da sociedade brasileira. O antagonismo classista que encerra a estratificação social do “país de todos” sobrepõe uma camada privilegiada ao todo resto da população, portanto o presente estudo tem a função de destacar as tensões traumático-dissoativas que fazem com que o desempregado esteja apartado do processo econômico e, muito mais que isso, tenha as rédeas da própria história comandadas por outrem.

A motivação para a presente pesquisa brotou do conhecimento do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), grupo que admito responsável por muitas modificações de minha personalidade, e da compreensão de meu papel enquanto ser político. Mas a assimilação de novos significados se deu, sobretudo, em termos de amorosidade, já que em contato com tão amáveis personalidades a pessoa que se debruça sobre papeis e livros, para a tentativa de compreensão de algumas facetas do desemprego e das ideologias que constroem a falácia de unidade nacional brasileira, não poderia ser a mesma de um ano atrás, quando despertei para as bandeiras de luta do MTD.

As facetas da construção imaginária de um país que é de todos, estudada a partir da existência de um exército não-impregado por várias características que denunciam as neuroses traumáticas de constituição político-econômica do país, não partiram de uma convicção pessoal. Se fosse por este viés, o presente estudo se daria em torno das tensões de gênero, pois como feminista convicta que sou, há muito tinha decidido estudar a imposição da feminilidade às mulheres, sobretudo o padrão de beleza branco que é enfiado goela a baixo das negras. Mas isto fica para outra ocasião, já que há em mim a vontade febril de agregar mais conhecimentos

sobre o desempregado no contexto de um país abissalmente desigual e dos interesses em mascarar isso, mediante a afirmativa de que o Brasil é uma nação em que todos os gigantes desta cruel natureza são integrados ao aparelho econômico, político e cultural estatal.

Em vista das limitações pessoais e acadêmicas no campo da pesquisa, não se tem pretensão alguma de conceber o objeto deste estudo enquanto um todo, as várias vertentes que o tornam problema em minhas perspectivas. Quero destacar o fato de que ter conhecido e participado, mesmo que pontualmente, do MTD fez com que outras possibilidades de estudo ficassem em segundo plano, porque necessito compreender como fica o desempregado brasileiro em meio a disseminação de idéias que não são aplicadas realmente, até onde o discurso do "país de todos" é eficaz, o que o determina. Importante dizer que devo toda a motivação do estudo a cada integrante do Movimento dos Trabalhadores Desempregados que na singeleza de caráter e nobreza das intenções determinaram o que enquanto ser político e amoroso tenho vontade de ser.

A análise está no âmbito dos estudos culturais, mais precisamente no cerne das neuroses sociais que fazem com que os meios de comunicação de massa sejam um espaço de reafirmação das práticas culturais coletivas. A ideologia do "País de todos" é um discurso competente, no bojo das relações perversas que sequer consideram o desempregado enquanto indivíduo, visto que para "ser" em uma sociedade capitalista há que se vender a mercadoria força de trabalho. Não tem por escopo um ataque ao governo Lula, já que a propaganda do Governo Federal "Brasil, um país de todos" é utilizada como exemplo de um problema cujas raízes se encontram na formação cultural de estratificação classista. O país da mítica identificação social, onde há que se sentir parte do todo na nação é no espaço imediato e abstrato de perpetuação de tal falácia que se possibilita o processo de comunhão de ideologias.

2 Pecado da ostentação, virtude do labor – Breve passagem pela configuração do Estado Moderno

A expansão territorial em meados do século XV já era um prenúncio das modificações que seriam operadas no âmbito econômico. O comércio não estava mais restrito às cidades-repúblicas européias (Veneza, Florença ou Flandres), posto que os mercadores dos Estados Nacionais (em formação na Europa à época) cobiçavam o que era comercializado, metais preciosos, tráfico de escravos. Esta nova formação econômica exigia mudanças na estrutura política, para que as novas formas de produção de riquezas pudessem se estabelecer de vez. O sistema feudal, que restringia as tarefas administrativa e fiscal precisava ser substituído por um modelo que centralizasse a justiça, a força armada e a administrativa¹. Nascia então o Estado Moderno, fruto da expansão das atividades produtivas (tais como produção têxtil, mineração e siderurgia) e da comercialização de produtos (interna e externamente, já que se expandia o comércio para além das fronteiras das cidades-repúblicas). Em meio à evolução do sistema de geração de riquezas desenvolveu-se uma nova maneira de pensar a relação do homem com o sagrado, bem como com o profano, no interior da razão ocupou o centro das relações sociais, até, por fim, se redimensionar a concepção de sujeito. A burguesia comercial em ascensão na Europa (banqueiros e comerciantes) acrescentou à dimensão do trabalho um novo valor e o que era heresia ganha aura de sagrado.

Já em fins do séc XVII o trabalho que objetivava acúmulo de bens, produção de riqueza, já não era mais tão condenável e os ascendentes capitalistas² riam-se ante as transformações na esfera de produção (em que a Revolução Industrial, na Inglaterra, tem papel preponderante). A sociologia pôde surgir enquanto ciência a partir da afirmação da ditadura do capital. Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) então dão luz à análise da sociedade capitalista por meio da anunciação de seus princípios constitutivos e desenvolvimento, instrumento que a classe

¹ TOMAZI, Nelson Dácio, coordenador in: *Iniciação à sociologia*, São Paulo: Editora Abril, 2000.

² É bem verdade que o sistema capitalista só se consolida no séc XIX, mas já engatinhavam os primeiros apropriadores de capital desde então.

trabalhadora teve nas mãos e que possibilitou que se voltasse contra o capital e a exploração materializada na mais-valia (conceito que será desenvolvido mais adiante). A propriedade privada, o trabalho assalariado, o sistema de troca e uma espécie de divisão social do trabalho³ são as peripécias que consolidam o sistema capitalista. A Inglaterra, precursora do sistema, é central nesse processo porque, no âmbito da transição do feudalismo para a odisséia do capital há elementos essenciais, como a expropriação dos camponeses e a expulsão de milhares de mulheres e homens⁴ para as cidades, que colocou ao à disposição da indústria têxtil um exército de pessoas sem trabalho, que não detinha alternativa a não ser vender a força de trabalho a preço irrisório⁵.

Esta monografia cita o país europeu porque este apresenta no quesito massa de trabalhadores e trabalhadoras sem emprego especificidades que permitem estudar o processo de desfiliação⁶ de determinadas comunidades⁷. No processo de legitimação da propriedade privada (principal fundamento da ordem do capital) a “acumulação primitiva do capital”⁸ surge do processo de pilhagem (acúmulo de ouro e da prata, exploração das colônias, brigas alfandegárias entre países europeus que resultou em guerras comerciais e tráfico de escravos, basicamente), dinâmica que permitiu a determinados grupos acumularem riquezas, tendo dinheiro para investir em mais produção, o que resulta no progressivo acúmulo de capital. Do trabalho artesanal para a manufatura (processo da consolidação do capitalismo) inaugura-se a produção em série, que esmaga a consciência do trabalhador e da trabalhadora que antes conhecia a totalidade do processo produtivo, participava de toda a dinâmica da transformação da matéria prima em produto, e depois passa a se

³ TOMAZI, Nelson Dácio, Op cit.

⁴ Utilizo mulheres e homens sob uma perspectiva de gênero, já que palavras masculinas apartam as mulheres da participação histórica. Quando julgar necessário, me utilizarei do feminino e do masculino.

⁵ MARX, Karl in: *O capital – Crítica da economia política, livro primeiro*, Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1998, categoriza o excedente de trabalhadores e trabalhadoras enquanto exército industrial de reserva de mão-de-obra barata.

⁶ CASTEL, Robert in: *As metamorfoses da questão social – Uma crônica do salário*, Petrópolis: Editora vozes, 1998, chama por “desfiliações” aqueles que por não produzirem riqueza, não venderem força de trabalho, estão fora da lógica de concepção do sujeito, não-sendo por uma perspectiva da sociedade da produção. São “desfiliações”, pois não pertencem ao tecido simbólico que “filia” pessoas às relações sociais que são, essencialmente, relações de troca.

⁷ Chamo por comunidade determinados grupos específicos, no caso desempregados e desempregadas.

⁸ MARX, Karl, Op cit.

organizar em coletivos de produção⁹, não mais participando de toda a produção de um bem de consumo (de troca) e perdendo o entendimento e o controle sobre o que transformava. Experimenta uma rotina de trabalho alienado¹⁰.

Diante desse quadro de mudanças e da legitimação da apropriação capitalista era preciso justificar a acumulação de propriedades e o trabalho, que no período feudal foi considerado pela igreja como expiação do pecado original (*Tripallium* – Instrumento de tortura, do latim). Notadamente, no fim do séc XVII, passa a ser visto como fundamento da vida, virtude e ferramenta para alcançar o gozo da vida material, corporificado por meio da riqueza gerada pelo trabalho. Os puritanos (protestantes da Reforma) aliaram-se aos capitalistas para elevar o trabalho à categoria de valor que permite a identificação das pessoas que têm emprego no corpo social dos iguais em ventura divina. E, contrariamente, a des-identificação dos que não têm emprego, os desafortunados estariam condenados pelos céus por conta do desfrute ostentatório e a preguiça abominável. O verdadeiro cristão deve trabalhar! Este imperativo do humanize-se pelo trabalho constitui o mote imperial capitalista e o consenso pela não-humanidade daqueles que amargam o desemprego.

2.1 Quem guarda os portões da fábrica?¹¹

A maquinofatura¹² torna dispensável a destreza manual dos trabalhadores, que às máquinas se subordinam. O empregado se torna um operador, um manejador delas, tudo para que o ciclo produtivo seja veloz. Com a maquinofatura, a relação capitalista-assalariado modifica-se plenamente. De ex-iguais, onde os dois eram

⁹ Grupos de pessoas determinadas a cumprir determinada tarefa que corresponde só a uma parte do processo produtivo.

¹⁰ MARX, Karl, Op cit escreveu que, por exemplo, na produção de sapatos os artesãos não faziam mais cada qual um sapato. O trabalho decomposto criou a rotina de divisão desta tarefa, onde um faz a sola, o outro a parte da frente o outro a de trás e assim por diante. Desta maneira, se tem vários sapatos produzidos por várias pessoas e nenhum feito por uma só. Marx determinou que isto aumenta o ritmo da produção e tamanho do lucro capitalista, em consequência da exploração do trabalhador que entra em uma rotina exaustiva de produção em série de um mesmo produto.

¹¹ Frase de uma música da banda Legião Urbana, intitulada *Fábrica*.

¹² Produção de mercadorias por meio de máquinas reunidas em um mesmo local – A fábrica.

proprietários de mercadorias, em que a única diferença residia no fato de que um comprava (capitalista) e o outro vendia (empregado) sua força de trabalho, passam a diferentes. Do lado de dentro dos portões da fábrica, ao assinar um contrato, o trabalhador se prontifica a produzir, por exemplo, por nove horas diárias, sendo que em seis ou sete horas por dia, produz o valor correspondente ao seu salário mensal. O restante das horas de produção é o que será apropriado pelo capitalista, o que proporciona ao empregador (o termo mais adequado para Marx era capitalista e não empregador¹³) acumular capital. Marx acreditava que ao perceber a exploração, o trabalhador entrava em conflito com o capitalista, diante da constatação de que este ficava cada vez mais rico enquanto o assalariado apenas mantinha sua condição de trabalhador que não lhe permitia acumular bens. Uma defasagem irrecuperável em comparação com o crescimento da propriedade privada do dono dos meios de produção.

Para Marx e Engels instaurava-se o conflito de classes, o que para Durkheim, em contrapartida, o processo representava “uma forma superior de solidariedade” e não um conflito. Ainda em Marx, os indivíduos têm que obedecer a três fatores centrais para fazerem parte da sociedade capitalista: 1º) Têm que produzir as coisas das quais necessitam para viver, utilizando a própria força, juntamente com os instrumentos auxiliares e máquinas, para agirem sobre determinada matéria prima e criarem bens de consumo (troca); 2º) De uma maneira ou de outra, distribuírem, por assim dizer, entre si os produtos de seus trabalhos; 3º) Consumir os produtos distribuídos. Mas é preciso destacar que os desempregados estão fora deste esquema econômico já que não produzem nem consomem a não ser por meio da filantropia (a ser discutida à frente), não se reconhecem nesta relação social e se configuram, portanto, enquanto des-indivíduos.

O desemprego tem um propósito muito claro no cerne das estruturas capitalistas, em que a massa de desempregados e desempregadas constitui um exército industrial de reserva, pois o capital atrai para si, no curso da dinâmica de produção-acumulação (apropriação pelo capitalista), cada vez mais trabalhadores

¹³ Já que quem emprega não necessariamente é aquele que detém os meios de produção, pode ser mais um empregado do capitalista destinado a recrutar mão de obra.

sem emprego que fazem pressão externa para saírem da condição de sem-emprego.

Como aponta Marx:

[...] a verdade é que a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção da sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente¹⁴.

Essa população trabalhadora excedente é necessária para o acúmulo de capital já que:

[...] constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele... proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis da expansão do capital e sempre pronto para ser explorado [...]¹⁵.

Se a automação aumenta a renda líquida de um país, por conta da produção massiva, torna, ao mesmo tempo, descartável a mão-de-obra e piora a situação do trabalhador. Este é o tempo todo coagido a aceitar a exploração capitalista, porque a qualquer momento um desempregado, desesperados pela situação, pode substituí-lo e em muitos casos por um salário até inferior, já que a “superpopulação”, como categorizou Marx, representa mão-de-obra barata. Assim, o capitalista pode aumentar a carga horária do trabalhador e exigir que ele produza sempre mais.

[...] O trabalho excessivo da parte empregada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de seu exército de reserva, enquanto, inversamente, a forte pressão que este exerce sobre aquela, através da concorrência, compele-a ao trabalho excessivo e a sujeitar-se às exigências do capitalismo. A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada, em virtude do trabalho excessivo da outra parte, torna-se fonte de enriquecimento individual dos capitalistas [...]¹⁶

¹⁴ MARX, Karl, Ibid, p. 733.

¹⁵ MARX, Karl, Ibid, p. 734.

¹⁶ MARX, Karl, Ibid, p. 740.

A superpopulação relativa, o exército industrial de reserva a que se referiu Marx, constitui a parte de trabalhadores parcialmente empregados ou desempregados e se divide da seguinte forma: 1º) flutuante, posto que os trabalhadores hora são repelidos e hora contratados massivamente de acordo com os fins do capital industrial; 2º) latente, que é a parte da população rural que se encontra sempre na iminência de transferir-se para as fileiras de desempregados urbanos; 3º) e a estagnada que se subdivide em: a – os aptos ao trabalho, mas que estão sem emprego, b – os órfãos e os filhos de indigentes, c – Os inaptos ao trabalho (vítimas da indústria, enfermos, deficientes, idosos...), porque é a zona que se constitui dos que não saem da zona de desempregados, os invalidados pela conjuntura.

2.2 Fordismo, pós – Fordismo (Toyotismo)

A evolução técnica é umas das premissas básicas do capitalismo enquanto sistema que rege as relações entre trabalhadores e meios de produção, já que a expansão industrial permite que a apropriação de capital seja intensa e infreável. Com o fordismo¹⁷, e a tecnização que permitiu aumento da produtividade por meio do uso mais estruturado possível das horas de trabalho do empregado, desenvolveu-se verdadeiro sistema de planejamento cotidiano da profissão, para melhor controle da execução das tarefas. Divisão do trabalho, introdução de linhas de montagem para eficiente mecanização do ciclo produtivo e até mesmo punições para com as trabalhadoras e trabalhadores que desobedecessem às regras, constituíram a essência do Fordismo. Esta técnica de adestramento do funcionário modificou ainda mais as relações de produção e apropriação do capital, deixando os capitalistas cada vez mais ricos, e alterou drasticamente a cadência produtiva no interior das fábricas. A burocratização sindical, que se tornou mero órgão cumpridor de tarefas e de

¹⁷ Produção em série de um produto, introduzida por Henry Ford, desde 1914, na fábrica de automóveis Ford. Consistia em uma divisão muito bem detalhada, com finalidade de instigar o consumo massivo de determinado bem e, portanto exigia também uma produção em massa, o que depois recebeu o nome de “era do consumismo”, sobre a qual os baluartes da teoria crítica tecem argumentos bastante pertinentes (procurar por Theodor Adorno, Herbert Marcuse, Max Horkheimer, Walter Benjamim e Jurgen Habermas).

negociação entre sindicatos e capitalistas, e a presença significativa do Estado, a interferir sobre a legislação e sistematização do trabalho, foram os fatores externos de coação da classe trabalhadora e de legitimação da cultura do consumo.

No bojo desta estrutura de produção e consumo de massa, onde as máquinas substituem empregadas e empregados, entra-se no que Robert Castel intitula de “crise do trabalho na sociedade salarial”¹⁸, na qual a sociedade do salário entra em colapso quase que definitivo. Do Fordismo ao pós - Fordismo ou Toyotismo¹⁹, como sistematizam alguns teóricos, a palavra que toma corpo é “flexibilização”, já que as mais variadas formas de emprego surgem: trabalho doméstico e familiar, trabalho autônomo, temporário, por hora ou curto prazo, subcontratação e algumas outras categorizações que substituem a forma clássica do emprego, permitindo alta rotatividade da mão-de-obra e baixo nível de sindicalização, o que implica em ineficácia e diluição das ações dos órgãos de defesa trabalhista. Tudo isso aliado a uma crescente evolução robótica, tecnológica (automação dos processos produtivos) e a instabilidade dos trabalhadores a mercê de empregos incertos, nada fixos colocam a ordem do exército industrial de reserva categorizado por Marx no cerne da complexidade de uma crescente crise da estruturação do emprego e do desemprego.

2.3 Crise da ordem salarial: Ameaça de desintegração do corpo social na era da filantropia

A reflexão em torno das Metamorfoses da questão social, título da obra do crítico francês Robert Castel, não diz respeito apenas a quem foi atingido pelas novas formas de desemprego, aos marginais da sociedade salarial. A reorganização

¹⁸ CASTEL, Robert, Op cit.

¹⁹ Sistema de produção utilizado pela fábrica Toyota de automóveis que avança do Fordismo por organizar as trabalhadoras e trabalhadores em equipes de produção nas fábricas, onde os próprios empregados fiscalizam uns aos outros, pressionam a si próprios para que o ritmo de trabalho avance, já que a equipe que mais se destaca na produção ganha prêmios, certificados de excelência enquanto a que menos se destaca é vítima de várias maneiras de coação psicológica e salarial. Acaba-se assim com a figura do patrão que cobra dos empregados, já que os próprios trabalhadores fiscalizam a produção dos iguais em desgraça. A competitividade não existe mais para lá somente das fronteiras da empresa, agora os próprios assalariados competem, brigam entre si.

de experiências diversas entre si demonstram a multiplicidade de categorias que tomam forma e lugar no movimento social e nas estruturas organizativas, em torno do que é importante perceber que ocorre com os indivíduos que permanecem, fazem parte desse estado coeso e o que se dá também com os que estão fora das zonas integradas. A identificação da centralidade do trabalho como eixo das relações sociais e da dupla coerção imputadas aos que não o possui, já que há uma obrigatoriedade do trabalho e, paradoxalmente, uma obrigatoriedade de não o tê-lo para aqueles que querem trabalhar, mas que não o podem fazer por não terem oportunidade, posiciona os questionamentos diante das configurações culturais simbólicas e identitárias. Em meio à reafirmação da exclusão como algo inexorável no campo das relações coletivas e da naturalização da categoria de “inempregável”, faz todo o sentido entender a dinâmica do emprego na perspectiva de uma história do presente, conforme Castel.

É imprescindível notar que a condição preparada para os que estão *in*, ao fazerem parte do estado coeso (os que têm trabalho em sua forma clássica, durável e os donos dos meios de produção) depende, substancialmente, da preparada para os que estão *out* (sem emprego), no bumerangue das relações sociais vigentes na nova ordem da sociedade salarial, pois “[...] é preciso, de fato, não só que haja trabalhadores privados de emprego, mas também que queiram ou sejam forçados a trabalhar [...]”²⁰, já que o trabalho é um valor, um atributo necessário a toda mulher e homem de bem²¹.

Castel classifica os desempregados enquanto supranumerários, já que “[...] nem sequer são explorados, pois, para isso, é preciso possuir competências conversíveis em valores sociais [...]”²², são, inevitavelmente, supérfluos, já que não se encaixam nem se reconhecem nas relações de venda-apropriação dos resultados da exploração à qual é submetida a ordem dos assalariados. A questão levantada, pertinentemente, pelo autor é a de que, se não são atores sociais, os

²⁰ ROBERT, Castel, Op. Cit, p. 117.

²¹ Claro que a expressão “mulher e homem de bem” é utilizada aqui de maneira irônica, já que a condição de trabalhador encerra em si uma aura de moralidade do cidadão civilizado, uma entre tantas das propagações da Reforma Protestante.

²² ROBERT, Castel, Ibid, p. 33.

desempregados, como é que existem socialmente? A desfiliação faz com que mesmo que as populações sem emprego não tenham um lugar “útil” na sociedade, não se pode negar a sua existência, porque são numerosos, bem visíveis, inegáveis social e estatisticamente.

Mas, se a condição salarial se torna incerta e o desemprego cresce, o Estado perde sua força integradora, e é colocada em xeque sua veracidade. É aí que surge a filantropia enquanto arma reconciliatória do Estado com as populações invalidadas pelo processo de produção capitalista. É válido retomar o que Marx classificou enquanto massa estagnada de desempregados, para traçar paralelo com o que Castel categoriza por aqueles bem vistos pela assistência e os desprezados por ela, na teoria da desvantagem. Os velinhos indigentes e as crianças sem mãe e pai representam a parte dos “estagnados” que são bem-vistos pela filantropia, já que não podem suprir por si próprios suas necessidades. Estão isentos, portanto, da obrigação de trabalhar.

Aqueles que são capazes física e psicologicamente de trabalhar e não o fazem são os “indigentes válidos” e não são auxiliados, assistidos como os inválidos. Recebem o rótulo de “vagabundo”²³ e retiram do Estado a obrigatoriedade da assistência, ao contrário do que acontece com os “indigentes inválidos” descritos acima. Estes (vagabundos) não “[...] têm nenhum lugar determinado na estrutura social nem em seu sistema de distribuição reconhecidas, nem sequer o que faz dos indigentes assistidos uma clientela integrada [...]”²⁴. Para manter a ideologia da coesão, a filantropia atua ao disseminar a existência de uma nação em que todos se reconhecem, já que a concepção mesma de igualdade é o fundamento da legalidade e do reconhecimento do Estado, do contrário não haveria razão em sendo para ele.

Mas, ao contrário do que acontece com os assistidos, os “indigentes válidos” são rechaçados para fora da área assistencialista, e abalam a idéia de um Estado uno. “A ‘questão social’ pode ser caracterizada por uma inquietação quanto à capacidade de manter a coesão de uma sociedade. A ameaça de ruptura e

²³ O rótulo de vagabundo diz respeito a rotina de um trabalhador que vive a instabilidade de empregos que lhe fogem ou já se tornou um desempregado crônico, desfiliado por excelência.

²⁴ CASTEL, Robert, *Ibid*, p. 96.

apresentada por grupos cuja existência abala a coesão do conjunto”²⁵, levando a uma hipertrofia da sociedade salarial, por meio da ameaça de diluição ou desaparecimento desta ordem.

Com o livre acesso ao trabalho que se impõe no séc XVIII, quebram-se as formas seculares de organização dos ofícios, porque sem esta tradicional organização, a condição operária se torna frágil, mesmo diante da noção (falsa) de liberdade que o trabalho livre construiu. “Descobre-se então, que a liberdade sem proteção pode levar à pior servidão: a da necessidade”²⁶. O assistencialismo é criado para manter a idéia de unidade, visto que o abandono total das populações desfiladas levaria à negação do conceito de sociedade. A história da assistência se move com a contradição do imperativo bíblico do “Ganharás o pão com o suor do teu rosto”, posto que os indivíduos que não podem ganhá-lo, não o ganham porque não podem trabalhar e no caso dos “indigentes válidos” não por não quererem, mas sim por que não pode haver trabalho para todos, em via de regra, na ditadura do capital.

A incapacidade de se auto-sustentar por parte de pessoas que podem trabalhar suscita, em contrapartida, o problema fundamental que, historicamente, o mendigo válido foi o primeiro a apresentar. Dirige a assistência à pergunta da esfinge: como transformar um mendicante de auxílios em um produtor de sua própria existência? Esta questão não pode ser respondida porque a ‘boa resposta’ não é do registro assistencial, mas, sim, do registro do trabalho²⁷

A partir da ambigüidade carregada pela posição do mendigo válido invalida-se a ideologia de unicidade do Estado, já que se desenha a “questão social” do infortúnio das populações desfiladas na decadência da miséria do povo, diante da ordem da reserva de mão-de-obra, que serve de coerção absoluta para calar a indignação dos assalariados, sendo que “indivíduos em busca de emprego representam uma mão-de-obra flutuante que não tem lugar na organização do trabalho e não pode se concebida enquanto ‘proletariado integrado’”²⁸.

²⁵ CASTEL, Robert, Ibid, p. 42.

²⁶ CASTEL, Robert, Ibid, p. 44.

²⁷ CASTEL, Robert, Ibid, p. 93.

²⁸ CASTEL, Robert, Ibid, p. 105.

[...] O vagabundo representa uma mancha completamente visível porque totalmente desterritorizado, sobre ele vai abater-se um arsenal sempre renovado de medidas cruéis. É que seria necessário erradicar o paradigma de a – sociabilidade que ele representa ao acumular a desvantagem de estar fora da ordem do trabalho, mesmo sendo válido... carente de qualquer recurso, não pode ser auto-suficiente. Mas se é verdade que a área da assistência atende primeiro aos inaptos ao trabalho... ele é duplamente excluído dela. Inútil para o mundo, seu destino é... aquele que não tendo ‘nenhum estado’ não usufrui de nenhuma proteção”²⁹

Nota-se que a condenação do vagabundo e do desfilado³⁰ é o caminho mais curto e a porta mais larga, para usar uma premissa bíblica, entre a impossibilidade de suportar, amenizar uma situação e a não-vontade de transformá-la profundamente. Por isso os criminalizar constitui mais uma peripécia para desobrigar o Estado de suas funções, naturalizando a sintomática dos miseráveis enquanto “caso de polícia” e não caso de Estado, já que isso propõe demonstração de força, do papel que é cumprido.

Os vagabundos separados de tudo e vinculados a nada representam um perigo, mesmo que fantasioso, de desestabilização porque representam o exemplo vivo das fraturas de uma sociedade desigual. As políticas de inclusão têm o objetivo de assegurar a ordem pública, preservar o equilíbrio social que permite que os indivíduos se identifiquem com outros indivíduos pertencentes a uma ordem que deve parecer democrática, mesmo não o sendo. As políticas filantrópicas são o que mantém a idéia de unidade mesmo em meio a abissais diferenças, “... que é o frágil milagre que uma sociedade moderna pode promover, mas também pode deixar escapar”³¹. Partindo do pressuposto de que as sociedades modernas formam um conjunto de condições sociais desiguais e interdependentes, Castel destaca que mesmo que os coletivos ocupem posições diferenciadas na estrutura social, tudo o que faça parecer existir um caráter orgânico na sociedade deve ser feito, já que a

²⁹ CASTEL, Robert, Ibid, p. 119.

³⁰ Diferencia-se porque o vagabundo, mesmo que improvavelmente, ainda pode sair da condição de sem emprego, o desfilado o é por excelência.

³¹ CASTEL, Robert, Ibid, p. 358.

“riqueza de uma sociedade”³² é configurada pela idéia de organicidade que ele estigmatiza.

[...] Uma sociedade é um conjunto de serviços que seus membros prestam uns aos outros. Disso resulta que cada um tem dívidas para com todos, tanto mais que um indivíduo, ao nascer, já encontra uma acumulação preliminar de riquezas sociais de que se apropria. As obrigações em relação à coletividade não fazem

senão traduzir essa posição de devedor que é a realidade de cada um em sociedade [...]³³

No ranço entre filantropia e diluição da massa do Estado, é importante redimensionar que o contrato de trabalho por tempo indeterminado está a caminho de perder sua hegemonia. A forma mais estável de emprego que o contrato representa cede lugar às mais variadas maneiras de impregabilidade. Os supranumerários perpassam por e se estendem de uma nova conjuntura organizativa da sociedade salarial. “[...] O desemprego é apenas a manifestação mais visível de uma transformação profunda da conjuntura do emprego. A precarização do trabalho constitui-lhe uma outra característica, menos espetacular, porém ainda mais importante, sem dúvida”³⁴. A descontinuidade das formas de emprego representa uma crise da própria ordem do emprego.

Por que dizer que isso constitui um fenômeno tão importante e, sem dúvida, até mesmo mais importante que o aumento do desemprego? Não para banalizar a gravidade do desemprego. Contudo, enfatizar essa precarização do trabalho permite compreender os processos que alimentam a vulnerabilidade social e produzem, no final do percurso, o desemprego e a desfiliação... o desemprego não é uma bolha que se formou nas relações de trabalho e que poderia ser reabsorvido. Começa a tornar-se claro que a precarização do emprego e do desemprego se inseriram na dinâmica atual da modernização. São as conseqüências necessárias dos novos modos de estruturação do emprego, a sombra lançada pelas reestruturações industriais e pela luta em favor da competitividade [...]³⁵

³² CASTEL, Robert, Id.

³³ CASTEL, Robert, Id.

³⁴ CASTEL, Robert, Ibid, p. 514.

³⁵ CASTEL, Robert, Ibid, p. 516 e 517.

O que leva a perceber que é a estrutura da relação salarial que é posta em questão, pois está ameaçada, visto que assalariar alguém consistia em requerer sua disponibilidade a longo prazo, já as novas formas de emprego consistem em instabilidade. A flexibilização do emprego coloca trabalhadoras e trabalhadores diante da necessidade imediata de se adaptar às flutuações da demanda³⁶, diante das flutuações do mercado que delegam às empresas a concorrência, utilizando-se estas de diversas maneiras para gestão destes fluxos e aí operam-se as novas formas de empregar, tais como produção sob encomenda, subcontratação e demais formas já apontadas com a finalidade de acelerar a produção mediante as demandas externas da competitividade capitalista.

³⁶ CASTEL, Robert, Op. Cit.

3 Vai te estragar, vai trabalhar³⁷

Logo nos primeiros dias em solo do que viria a se chamar Brasil, por causa do pau-brasil, aconteceu o cordial encontro entre aqueles que acabavam de chegar e os que já estavam na terra. E não poucos foram os que afirmaram ter encontrado uma verdadeira extensão do paraíso na terra, um verdadeiro jardim do éden onde todo o esforço do trabalho era poupado por seus moradores, já que a terra lhes oferecia todo o necessário em flor, folha e fruto. O poeta Santo Isidoro de Sevilha foi um dos que viu o Brasil enquanto uma grande e bela ilha afortunada, o que se conclui a partir de suas próprias palavras: “Espontaneamente dão muito rico fruto nas árvores; os bosques cobrem-se espontaneamente de vides; em vez de ervas há ali messes; de onde aquele herdo de gentios e de versos dos poetas quando julgaram tais ilhas, pela fecundidade do solo, constituem o paraíso...”³⁸. Pero Vaz de Caminha, na célebre carta sobre a terra descoberta, descreveu o Brasil como o paraíso da folga e da comida e bebida fácil:

Foi o capitão com alguns de nós um pedaço por este arvoredo até uma ribeira grande e de muita água [...]. Ali ficamos um pedaço, bebendo e folgando, ao longo dela, entre esse arvoredo que é tão tamanho, tão basto e de tantas prumagens, que os homens as não podem contar. Há entre ele muitas palmas, de que colhemos muitos e bons palmitos com muita facilidade³⁹

Beber e folgar neste verdadeiro paraíso do ócio. Esta era a visão dos portugueses sobre a vida levada pelos índios brasileiros e embora contemplassem com verdadeira adoração às belezas naturais da nova terra, observavam com inefável desprezo o que eles entendiam por “ociosidade nativa”, embora os portugueses também se deixassem, assim, por beber e folgar, como descrito pelo próprio Caminha no trecho acima. O ritmo de trabalho dos homens nativos exigia, em

³⁷ Trecho da música *Vai trabalhar vagabundo*, do cantor e compositor Francisco Buarque de Holanda, datada de 1976 e feita para o filme *Vai trabalhar vagabundo*, do cineasta Hugo Carvana.

³⁸ Santo Isidoro de Sevilha, apud BUARQUE de HOLANDA, Sérgio, in: *Visão do paraíso*, São Paulo: Brasiliense / Publifolha, 2000, p.195.

³⁹ Pero Vaz de Caminha, *Terra de Vera Cruz*, abril de 1500. Disponível em <<http://www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/carta.html>>. Acessado em 20 out. 2006.

via de regra, a necessidade de apenas dois meses de trabalho árduo a cada quatro anos em que a terra era arada. O resto do trabalho agrícola como plantar e colher constituía tarefa feminina. O tempo restante, até chegar-se à nova empreitada de trabalho intenso, era ocupado com a caça e com a pesca para os homens, o que não era considerado penoso, já que representava verdadeiro prazer acompanhado de ritos de festas e de brincadeiras. Mesmo as mulheres, que cuidavam das plantações, não gastavam mais do que metade do dia com suas obrigações e o tempo restante também era dedicado ao lazer e atividades culturais. Esta dimensão de trabalho era completamente adversa ao cotidiano das empregadas e empregados das nações “civilizadas” e a compreensão europeia do trabalho em nada se parecia com a indígena.

Estudos de antropólogos como J. Lizot, que viveu vários anos entre os lanomâmis da Amazônia venezuelana, esclarecem que o tempo gasto (senão em todas pelo menos em muito mais da metade das comunidades indígenas) nunca superou metade de um dia, sendo o resto do dia dedicado a atividades coletivas de esporte e cultura. É imprescindível ressaltar que a lógica organizativa destes grupos nunca foi a do não-trabalho, visto que eles cumpriam todas as tarefas destinadas a subsistência. A diferença reside no fato de que para estas comunidades o trabalho cessava assim que as necessidades de sustento eram satisfeitas, realidade completamente distinta das nações europeias que já viviam sob o ritmo do trabalho assalariado e do imperativo do acúmulo de capital, por isso os espanto dos laboriosos portugueses diante de uma valorização de outras práticas em detrimento da lógica de ganhar dinheiro.

Vaz de Caminha chegou mesmo a ridicularizar a “ausência de malícia”⁴⁰ dos índios ao não se preocuparem com o acúmulo de riquezas e com o fato de não atentarem para a reserva de alimentos em prevenção de uma crise ou esgotamento. E começava a partir daí o questionamento acerca da inexistência de forças políticas coercitivas que os obrigassem a sair da situação de ócio que os portugueses atribuíam aos índios. Dava-se início à jornada para salvar estes povos do pecado da

⁴⁰ Pero Vaz de Caminha, *Terra de Vera Cruz*, abril de 1500. Disponível em <<http://www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/carta.html>>. Acessado em 20 out. 2006.

ociosidade, já que a moral ocidental-européia reconhecia no trabalho (Herança da Reforma Protestante) a legitimação da humanidade do ser humano. Os índios não mais trabalhariam somente para prover suas comunidades. Marilena Chaui, em prefácio do livro *O direito à preguiça*, de Paul Lafargue, coloca o imperativo do labor⁴¹ enquanto um castigo divino que está presente “[...] em quase todos os mitos que narram a origem das sociedades humanas como efeito de um crime cuja punição será a necessidade de trabalhar para viver”⁴² e os abomináveis preguiçosos⁴³ teriam que redimir-se por tanto tempo dedicado ao que os portugueses viam por ócio, mediante as imposições da ordem catequizadora.

Nota-se aqui a fenda da contradição, porque o que representa um castigo (origem das palavras trabalho e labor) passa a assumir aura de virtude. Esta é mais uma lacuna⁴⁴ que permite que o imperativo do trabalho se firme enquanto ideologia e, neste contexto, que as formas de escravidão oriundas da obrigatoriedade do trabalho se configurem como exemplo de expropriação da força de trabalho alheia e da alienação que as trabalhadoras e trabalhadores experimentam, destituídos do resultado final de suas produções.

A identidade negativa, ou melhor, dê-s-identidade do desempregado toma ares de verdade no imaginário coletivo e pode ser observada a partir do célebre dito popular “o diabo sempre inventa uma maldade para quem está de mãos vazias”, como se o trabalho encerrasse em si “[...] a virtude milagrosa de transformar todos em virtuosos, maduros, livres, dignos de mérito e felizes”⁴⁵ enquanto o não-trabalho se desenha por “[...] promotor do enfraquecimento das virtudes, como a antecâmara de todas as perversões [...]”⁴⁶. Bertrand Russel discorreu sobre o problema da exploração da mão-de-obra alheia, classificando os proprietários dos meios de

⁴¹ Labor – Dobrar-se sob o peso de uma carga, dor, sofrimento.

⁴²LAFARGUE, Paul *O direito à preguiça*. Disponível em <www.geocities.com/jneves_2000/lafargue.htm>. Acessado em 23 set. 2006.

⁴³ Como eram considerados os índios pelos portugueses.

⁴⁴ Conceito a ser explorado adiante com as argumentações de Marilena Chaui sobre ideologia.

⁴⁵ MASI de Domenico (org.), in: *A economia do ócio*, Rio de Janeiro: Sextante, 2001, p.22.

⁴⁶ MASI de Domenico, Id.

produção por sujeito que, em sua ociosidade⁴⁷, expropriam as potencialidades produtivas dos outros como os portugueses fizeram com os índios e como o fazem os capitalistas com seus empregados. Russel diz que o ócio destas pessoas “[...] só é possível devido ao trabalho dos outros e, na verdade, a sua aspiração a um ócio confortável é, historicamente, a origem de todo o evangelho do trabalho. A última coisa que essa gente jamais desejou é que os outros seguissem seu exemplo”⁴⁸. Mais uma contradição imanente do discurso da virtude oriunda do trabalho, em que ócio e preguiça constituem pecado apenas para os empregados e não para os patrões e onde:

Pouco a pouco, porém, descobriu-se que era impossível induzi-los [os empregados] a aceitar uma ética segunda a qual era sua obrigação trabalhar duro, mesmo que uma parte deste trabalho fosse para sustentar o ócio dos outros [...]. A idéia do dever, historicamente falando, foi um meio usado pelos detentores do poder para convencer os demais a dedicarem suas vidas ao benefício de seus senhores⁴⁹.

A dignidade do trabalho para uns e a dignidade do ócio para outros e é claro que estes outros não são os índios, muito menos os desempregados e as desempregadas, a quem o ócio nunca foi visto com bons olhos. Neste jogo mambemgue, “a idéia de que os pobres devem ter direito ao lazer e ao ócio sempre chocou os ricos [...] e quando alguns abelhudos vieram afirmar que a jornada [de trabalho] era longa demais lhes foi dito que o trabalho mantinha os adultos longe da bebida e as crianças afastadas do crime”⁵⁰, como se os não-ricos estivessem irremediavelmente predestinados ao crime e às vicissitudes diante da condição de miseráveis e o trabalho fosse uma dádiva dos céus em nome dos ricos que lhes ofereciam emprego para os salvarem de sua miserabilidade.

⁴⁷ Aqui sim cabe um tom pejorativo para o termo ócio, diferente do tom inferiorizador aplicado pelos portugueses ao que eles consideravam como ócio indígena, que não constitui, na verdade, uma ausência de trabalho ou esforço dispensado pelos índios em suas atividades, embora os europeus quissem afirmar isso a torto e a direito.

⁴⁸ RUSSEL Bertrand in: *O elogio ao ócio*, Rio de Janeiro: Sextante, 2002, p.26.

⁴⁹ RUSSEL Bertrand, *Ibid*, p. 27.

⁵⁰ RUSSEL Bertrand, *Ibid*, p. 28.

“Ó preguiça, tem piedade de nossa longa miséria! Ó preguiça, mãe das artes e das nobres virtudes, seja o bálsamo das angústias humanas!”⁵¹. Neste trecho, Paul Lafargue⁵², genro de Karl Marx, mostrava ao mundo toda a força de sua literatura revolucionária. Em também prefácio, mas em nova edição brasileira de 2003, do clássico marxista *O direito à preguiça*, Francisco Foot Hardman cita uma argumentação de Lafargue que muito acrescenta ao objeto de compreensão da pesquisa, que tem o escopo de trazer à tona alguns questionamentos acerca do imperativo do trabalho e seu declínio materializado na crise da sociedade do salário e no crescente desemprego.

Uma estranha loucura dominou as classes operárias das nações onde reina a civilização capitalista. Esta loucura traz como consequência misérias individuais e sociais que [...] torturam a triste humanidade. Essa loucura é o amor ao trabalho, a paixão moribunda que absorve as forças vitais do indivíduo e de sua prole até o esgotamento. Em vez de reagir contra essa aberração mental, os padres, os economistas, os moralistas sacrossantificam o trabalho⁵³

Para Lafargue, todas as misérias individuais e sociais nascem da paixão cega pelo trabalho, que des-individualiza as pessoas, já que a lógica do trabalho é a do controle em que os indivíduos perdem o “em sendo”, para utilizar uma expressão do grande educador brasileiro Paulo Freire, de suas autonomias ao terem as singularidades do potencial de trabalho expropriadas.

⁵¹ LAFARGUE, Paul *O direito à preguiça*. Disponível em <www.geocities.com/jneves_2000/lafargue.htm>. Acessado em 23 set. 2006.

⁵² Militante da Associação Internacional dos Trabalhadores (OIT), membro da Comuna de Paris, um dos fundadores do Partido Operário Francês (futuro Partido Comunista Francês) e da Segunda Internacional Socialista.

⁵³ LAFARGUE, Paul Apud Francisco Foot Hardman in: *O direito à preguiça*. Disponível em <www.geocities.com/jneves_2000/lafargue.htm>. Acessado em 23 set. 2006.

Mas o manifesto de Lafargue⁵⁴ não ataca o trabalho (tão caro ao conceito marxista), ele pregava somente a distribuição dos benefícios do trabalho e uma não-alienação dos trabalhadores, bem como uma redução das horas despendidas com ele. Retomemos o prefácio de Marilena Chaui, em que ela atribui o seguinte valor à obra:

[...] ele [o livro] pode resgatar a dignidade e o auto-respeito dos trabalhadores quando, em lugar de se sentirem humilhados, ofendidos e culpados pelo desemprego, se erguem contra os privilégios da apropriação privada da riqueza social e contra a barbárie contemporânea, porque podem conhecê-la por dentro e aboli-la. Lutarão não mais pelo direito ao trabalho, e sim pela distribuição da riqueza e pelo direito de fruir todos os seus bens e prazeres⁵⁵.

O manifesto de Lafargue, enquanto ode à liberdade, representa valiosa sistematização do mundo e, respectivamente, da crise identitária que o ócio forçado imputa aos sujeitos.

3.1 “Ai! Que preguiça!...” – O direito ao ócio e o caráter lícito do lazer

Mário de Andrade immortalizou as primeiras palavras, depois de seis anos de idade, do “herói de nossa gente”, com a exclamação “ai! Que preguiça!...”, em uma história que reúne as particularidades do imaginário social brasileiro, com minúcia de

⁵⁴ Na França, a publicação de O direito à preguiça levou a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) a colocar no Congresso de Genebra, de 1866, a questão da redução da jornada de trabalho, com a limitação da jornada diária para oito horas, bem como a supressão do trabalho noturno e a regulamentação do trabalho infantil. O livro pôs em alta discussões que surtiram efeito, já que a França é o país que mais avançou na aplicação da efetiva redução da jornada de trabalho. Disso resultou a comemoração do Primeiro de Maio em todo o mundo. A redução da jornada de trabalho constitui para o teórico brasileiro Ricardo Antunes em *Adeus ao trabalho: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*, um elemento fundamental para acabar com o desemprego estrutural, mas também se configura “[...] como um ponto de partida decisivo, ancorado no universo da vida cotidiana, para, por um lado, permitir uma reflexão fundamental sobre o tempo, o tempo de trabalho, o autocontrole sobre o tempo de trabalho e o tempo de vida. E, por outro, possibilitar o afloramento de uma vida dotada de sentido fora do trabalho”. (*Adeus ao trabalho: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho* Sao Paulo : Cortez , 1998).

⁵⁵ Marilena Chaui, prefácio de *O direito à preguiça*, LAFARGUE, Paul, São Paulo: claridade, 2003, p.10.

contos de personagens populares. Em *Macunaíma* a dê-identidade do brasileiro se configura, diante da narrativa de Andrade que destemporaliza a história e também a desgeografiza, já que nosso anti-herói “nascido no fundo do mato virgem” é o homem que é sagrado e profano ao mesmo tempo. Não cabe aqui uma análise literária, tampouco esmiuçar a obra em sua complexidade conceitual que tanto fala do Brasil. O que cabe é a apropriação da “preguiça” em Mário de Andrade, que recoloca um sentido de direito ao ócio.

A preguiça sempre esteve intrínseca e dialeticamente ligada ao combate à exploração capitalista. Para tanto, basta retomar o conceito chave marxista que é o da redução do sobretrabalho, ou seja, da taxa de mais-valia. Engels percebeu que a ampliação do tempo de ócio era um grande aliado para a emancipação da classe trabalhadora. Com mais atividades culturais coletivas os trabalhadores se reuniram mais freqüentemente e assim melhorariam sua organização e o poder de mobilização. “No regime da preguiça, para matar o tempo que nos mata segundo a segundo, haverá sempre espetáculos e representações culturais com fins de uma prática de libertação”⁵⁶. Teatro do oprimido, passeios coletivos, apresentações musicais, teatro e literatura representavam uma extensão da organização sindical, em Marx e Engels, em que a prática do ócio levava a uma reflexão sobre a liberdade do tempo livre, compreendido não como fuga ao tempo não-livre do trabalho, mas como exemplo da vida emancipada, garantida mediante o fim da exploração do trabalho e devido ao caráter libertário da insígnia da redução de sua jornada.

O lazer, se lícito em sua tradução do latim, é o ócio permitido e se diferencia do sentido marxista do ócio, porque, como destacam alguns teóricos do lazer, é mais um dos momentos que viabilizam a exploração capitalista. A célebre frase de Theodor Adorno, “divertir-se é estar de acordo”, também foi percebida por Marx, que via nessa separação entre lazer e trabalho o tempo de recomposição das energias para o trabalho, descanso para a retomada de uma jornada de trabalho mais produtivo. Os dias de festa, ou fins de semana, foram instituídos para o divertimento

⁵⁶ LAFARGUE, Paul, *O direito à preguiça*. Disponível em <www.geocities.com/jneves_2000/lafargue.htm>. Acessado em 23 set. 2006.

comum, porque sabe-se necessário que o trabalho seja de tempos em tempos interrompido por descansos, já que uma rotina ininterrupta diminuiria a força produtiva e um instante de repouso e de distração devolve a energia às trabalhadoras e trabalhadores. Assim, felizes da vida os empregados saem para aproveitar o “tempo livre”, uma armadilha, segundo Adorno⁵⁷, para que a ditadura do trabalho siga seu curso caótico com toda a calma do mundo, já que diante de um tempinho para se divertir, para cuidar de si, os trabalhadores esquecem da exploração que sofrem.

A rotina causticante de trabalho intenso é esquecida como em passe de mágicas na festa em que se dança, nos bares em que se bebe, no “estar à toa na vida”, como canta Chico Buarque em *A banda*, rindo-se do mundo. “A sociabilidade do lazer”, descrita por Stanley Parker, é uma lógica que permite que a ilusão de liberdade ganhe força. É na comemoração ansiosa do fim de semana, do descanso merecido, que a esta ideologia ganha corpo, que o passado de escravidão fica longínquo, e que indivíduo pensa ser livre para fazer o que quer, pega duro no batente a semana toda, mas exerce sua autonomia na instância do lazer e do consumo, que assaz disseminada faz gerar o ideário capitalista da competitividade, resultando em aumento massivo da produtividade em conseqüente elevação do tempo de sobretrabalho. Se o ócio tem um sentido plenamente libertário ao marxismo, o lazer assume *corpus* de coerção na estrutura das metrópoles capitalistas. Na legitimidade do lazer, a classe trabalhadora encontra dificuldade para emancipar-se.

3.2 Identidade, dê-identidade e mediação no Brasil do desemprego

Não é possível conhecer sem signos, já formulara o semiólogo Charles Peirce. E conhecer por meio dos signos que comunicam constitui um eixo epistemológico que valida um problema de pesquisa no âmbito dos problemas sócio-políticos. Os

⁵⁷ ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, M. In: *A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

estudos que brotam da necessidade de questionar a ordem cultural das relações entre sujeitos e suas idéias e máquinas e seus objetos e de sujeitos, idéias, máquinas e objetos entre si, nos simulacros da realidade, permitem compreender o processo de individuação dos seres humanos, no contexto de uma sociedade fundada na divisão em classes. As ambigüidades no *in* da cultura brasileira podem ser levantadas a partir dos mecanismos pelos quais elas são negadas, transformadas em inverdades e comunicadas. As teorias do conhecimento que superam o relativismo cultural, bem como o científico, permitem entender por que e o que as ideologias comunicam com o escopo de criar uma identificação social, nacional, por meio da corporificação do conceito de humanidade em uns em consequência da des-identificação e/ou não humanidade de outros, no caso deste problema de pesquisa a não-humanidade atribuída às desempregadas e desempregados.

Mas o que ocorre é que as identidades mediadas, comunicadas por meio da relação mídia - consensos sociais passam por uma crise de des-integração, já que os quadros referenciais das sociedades modernas, nos quais os indivíduos se ancoram para o entendimento de si mesmo e do “outro”, sofrem uma espécie de des-ordenação. Stuart Hall chegou mesmo a afirmar que as identidades modernas “estão sendo ‘descentradas’, isto é, deslocadas ou fragmentadas”⁵⁸ e que a idéia de sujeitos integrados a um corpo social está abalada. Tudo isso porque o “colapso da ditadura do capital” previsto por Marx toma ares de realidade, mediante a crise de des-integração que vêm sofrendo as sociedades capitalistas.

A flexibilização do emprego e do desemprego leva a crer que “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia”⁵⁹. As relações entre sujeito-máquina tornam-se complexas ao ponto de o indivíduo perguntar-se se sua existência para o trabalho é mesmo necessária, se faz sentido que ele ordene a vida para o imperativo do trabalho. Portanto, o eixo que conduz a rotina dos seres humanos que é o eixo do trabalho é posto em xeque, já que a dialética da produção desalojam o sistema social, por conta das mudanças produtivas, sociais e de tempo.

⁵⁸ HALL, Stuart, in: *Identidade cultural na pós-modernidade*, Rio de Janeiro: DPEA Editora, 1999, p.8.

⁵⁹ HALL, Stuart, *Ibid*, p. 13.

Diante da realidade do desemprego, tem relevo a figura do indivíduo exilado, colocado à parte da metrópole do trabalho. Ele é o *flâneur*⁶⁰ que vagueia por entre os monumentos erguidos nas cidades e contempla o espetáculo dos transeuntes que, ao contrário dele, têm destino para as fábricas, lojas, lanchonetes onde vendem a potencialidade de suas mãos. O *flâneur* é a instância exemplar da desidentificação com a lógica do trabalho, na des-ordem do mundo do capital. Esta comunidade imaginária que é a nação é composta de instituições culturais que disseminam símbolos e representações. “[...] As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre a ‘nação’, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades”⁶¹ e é nesta “identidade nacional” que os indivíduos pensam estar a verdadeira natureza das coisas, natureza esta que é imanentemente ideológica. Tentar-se-a desconstruir esta idéia de uma “nação uma” de “um país de todos”, no capítulo seguinte, onde as contradições deste discurso cultural serão apontadas.

⁶⁰ Do *flâneur*, concebido por Baudelaire, que fitava Paris sob o véu do *spleen*, ampliou-se, na atualidade, o caráter da participação do sujeito no mundo. Criou-se uma sociedade do olhar, em que todos brilham. Assim, o mundo virou uma imensa acumulação de espetáculos mediante a representação, comandada pelo trinômio Moda-Publicidade-Mercadoria.

⁶¹ HALL, Stuart, *Ibid*, p. 51.

4 Ideologia, eu quero uma pra viver⁶²

No Brasil, as lacunas da construção ideológica das idéias nos são uma herança histórica. Roberto Schwarz, professor e crítico literário brasileiro, teorizou que a importação do ideal liberalista europeu se desenhou enquanto uma “comédia ideológica”⁶³, em um país que colocava fim à era feudal sem nunca ter deixado de sê-lo. O fim da escravatura, no Brasil, representou uma ruptura aparente com as antigas formas de dominação, fim da política escravocrata, mas, de modo algum, fim das abissais desigualdades que separavam senhores de servos. Schwarz salienta que enquanto na Europa as idéias liberais ao menos correspondiam às aparências (encobriam o essencial, que já se configurava enquanto exploração da classe trabalhadora), ao sul do Equador elas representavam evidente falácia.

Da escravidão ao favor e deste à evolução da tutela, se configura em solo nacional a peremptória ideológica de uma nação em progresso. Idéias Fora do lugar⁶⁴, porque não escamoteiam a realidade da miséria da massa dos sem emprego. Em primeira instância, estas idéias que flutuam sobre o cotidiano da realidade brasileira são a base que não só solidifica como permite a construção imaginária, de “um País de todos”, como clama a propaganda do Governo Federal. Tal afirmativa se firma como uma ideologia de “segundo grau”⁶⁵, porque diante do estágio de total privação a que é submetida uma grande parte dos brasileiros, as ideologias não descrevem sequer falsamente a realidade, “[...] e não gravitam

⁶² Trecho da música *Ideologia*, do cantor e compositor Cazuza.

⁶³ SCHWARZ, Roberto, In: *Cultura e política*, São Paulo: Paz e terra, p.60.

⁶⁴ SCHWARZ, Roberto, Op. Cit. O conceito cunhado pelo teórico e crítico literário, Roberto Schwarz, de que no Brasil as idéias estão fora de lugar é utilizado para nuançar que no país as ideologias de progresso e de rompimento com o passado colonial não estão de acordo com a realidade, posto que mesmo com a abolição legal da escravatura, as relações de poder e de desigualdade não foram superadas, não cederam espaço a qualquer outro tipo de organização “progressista”, de reversão do quadro de exploração da classe dominante sobre todas as outras. Os senhores de antigamente hoje são os donos do capital e os servos os assalariados que vendem a força de trabalho ou, ainda, a massa de desempregados que constituem os miseráveis brasileiros.

⁶⁵ SCHWARZ, Roberto, Op. cit. Schwarz chama de ideologias de segundo grau, porque como argumenta na obra citada, uma ideologia cumpre ao menos o papel de neutralizadora da história, encobre o real de forma difícil de ser questionada. No Brasil a noção de progresso representa tão descaradamente uma irrealidade que ele a categoriza enquanto de segundo grau.

segundo uma lei que lhes seja própria – Por isso as chamamos de segundo grau [...]”⁶⁶.

Marilena Chauí classifica o discurso ideológico enquanto:

[...] aquele que pretende coincidir com as coisas, anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser e, destarte, engendrar uma lógica de identificação que unifique pensamento, linguagem e realidade para, através dessa lógica, obter a identificação de todos os sujeitos sociais com uma linguagem particular universalizada, isto é, a imagem da classe dominante [...]”⁶⁷

em que o apagamento das diferenças e contradições de um discurso ganham coerência e força por meio das idéias forjadas. Não se revela tudo em uma argumentação ideológica e é nas lacunas do não dito que os “[...] termos ausentes garantem a suposta veracidade daquilo que está explicitamente afirmado [...]”⁶⁸. É dito que novos empregos foram e serão criados, que o Brasil diminuirá no número de trabalhadores sem ocupação rentável, mas não se diz, de jeito nenhum, que por mais que eles surjam aos montes, não haverá emprego para todos e todas, porque em uma sociedade que solidifica suas bases por meio da desigualdade isso não é possível, as estruturas capitalistas (mesmo que em países de terceiro mundo, atrasados diante das vanguardas desenvolvimentistas, onde a ditadura do grande capital não está menos arraigada às bases constitutivas de uma nação) são consolidadas por meio da reprodução das injustiças. A ideologia não é só uma representação fantasmagórica, imaginária do real para servir ao exercício da dominação no contexto das sociedades capitalistas “[...] como não é apenas a inversão imaginária do processo histórico

[...]. A ideologia, forma específica do imaginário social moderno, é a maneira necessária pela qual os agentes sociais representam para si mesmos o aparecer social, econômico e político, de tal sorte que essa aparência (que não devemos tomar simplesmente como sinônimo de aparência ou falsidade), por ser o modo imediato e abstrato de

⁶⁶ SCHWARZ, Roberto, Ibid, p.68.

⁶⁷ CHAUI, Marilena, in: *Cultura e democracia – O discurso competente e outras falas*, São Paulo: Cortez, 2003, p.3.

⁶⁸ CHAUI, Marilena, Ibid, p.4.

manifestação do processo histórico, é o ocultamento ou dissimulação do real.⁶⁹

As diferenças precisam ser anuladas, para que as contradições do discurso não apareçam e acabem com a idéia de unidade nacional e para a manutenção da ordem, das coisas em seu lugar pré-determinado e as tensões sejam neutralizadas, mediante o que está “ausente” no discurso e que possibilitaria a negação dele. Estas idéias estão “fora de lugar”, porque são determinantes e não determinadas pelo processo histórico e a idéia de progresso no Brasil remete a um estar, igualmente, “fora de tempo”, já que “[...] decorre do fato de que, estando a ideologia a serviço de uma classe historicamente determinada, necessariamente a atualidade da dominação exercida exigiria que as idéias estivessem encravadas em seu próprio tempo”⁷⁰. A ideologia atua no imaginário, não no sentido fantástico, mas a partir do fato de ele constituir um sistema de imagens e representações que possuem a finalidade de explicar o real, tentando fazer coincidir estas idéias elaboradas com o que o social e o político seriam na realidade.

[...] para entendermos a ideologia [...] precisamos vinculá-la ao advento da figura moderna do Estado, enquanto um poder que se representa a si mesmo como instância separada do social e, na qualidade de separado, proporciona à sociedade aquilo que lhe falta primordialmente.

E o que falta primordialmente à sociedade? Falta-lhe unidade, identidade e homogeneidade. O social histórico é o social constituído pela divisão em classes e fundado pela luta de classes. Essa divisão, que faz, portanto, com que a sociedade seja, em todas as suas esferas, atravessada por conflitos e por antagonismos que exprimem a existência de contradições constitutivas do próprio social, é o que a figura do Estado tem como função ocultar. Aparecendo como um poder uno, indiviso, localizado e visível, o Estado moderno pode ocultar a realidade do social, na medida em que o poder estatal oferece a representação de uma sociedade de direito, homogênea, indivisa, idêntica a si mesma, ainda que, de fato, esteja dividida. A operação ideológica fundamental consiste em provocar uma inversão entre o “de direito” e o “de fato”. Isto é, no real, de direito e de fato, a sociedade está internamente dividida e o próprio Estado é uma das expressões dessa divisão. No entanto, a operação ideológica consiste

⁶⁹ CHAUI, Marilena, Ibid, p.15.

⁷⁰ CHAUI, Marilena, Ibid, p.16.

em afirmar que “de direito” a sociedade é indivisa, sendo prova da indivisão a existência de um só e mesmo poder estatal que dirige toda a sociedade e lhe dá homogeneidade. Por outro lado, a ideologia afirma que “de fato” (e infelizmente) há divisões e conflitos sociais, mas a causa desse “fato injusto” deve ser encontrada em “homens injustos” [...] assim a divisão constitutiva da sociedade de classes reduz-se a um dado empírico e moral.⁷¹

O discurso do poder que “organiza diferentes” como classificou a filósofa judia Hannah Arendt por instância política oculta a divisão, desse modo a pluralidade conflituosa, dos indivíduos que estão igualmente em conflito com os outros, assume aura harmoniosa da universalidade, onde mesmo diferentes todos são tratados por iguais, no “país que é de todos”. É importante esclarecer que esta tese não consiste em ataque ao governo Lula, já que a noção de uma nação uma, como apontou Darcy Ribeiro ao falar em “Formações sociais que se enfrentam e se fundem na criação da idéia de Brasil”⁷², está arraigada à história da consolidação do imaginário social acerca do País. A ideologia de um “país de todos” antecede o governo Lula e, certamente, o sucederá. O *slogan* da propaganda do Governo Federal foi tomado para exemplificar um problema crônico, no âmbito das neuroses culturais da noção de Brasil, e das políticas de inclusão, porque “através da ideologia, são montados um imaginário e uma lógica da identificação social com a função precisa de escamotear o conflito [...] não é por acaso, mas por necessidade que o discurso do poder é o do Estado Nacional, pois a ideologia nacionalista é o instrumento poderoso da unificação social [...]”⁷³.

As lacunas, que são os espaços em branco entre as partes do discurso, entre o que é e não é dito, tornam o discurso ideológico autorizado, já que o preenchimento dessas lacunas simplesmente destruiriam a ideologia subjacente, porque ela “[...] se sustenta, justamente, porque não pode dizer até o fim aquilo que pretende dizer. Se o disser, se preencher todas as lacunas, se autodestrói com o

⁷¹ CHAUI, Marilena, *Ibid*, p.31.

⁷² RIBEIRO, Darcy, in: *Povo brasileiro – Formação e sentido do Brasil*, São Paulo: Companhia das letras, 1988, p.20.

⁷³ CHAUI, Marilena, *Op. cit*, p.32.

ideologia”⁷⁴. É a lógica do incluir, mas sem admitir que há exclusão ou de, no mínimo, atribuir a ela um fardo leve. Estas idéias falsas são, em primeira instância, bases que não só solidificam como permitem a construção imaginária, de "um País de todos", como clama a propaganda do Governo Federal, seja para falar de saúde, transporte ou igualdade das oportunidades no acesso aos bens culturais partilhados, ou melhor, apropriados por uma minoria. Para que a "identificação nacional", problematizada por Darcy Ribeiro, em seu livro *O povo Brasileiro*, seja, o tempo todo, reiterada de significações de unidade, as nuances que encobrem tal afirmativa precisam ser anuladas para que seja assegurada e mantida a idéia de ordem social. Chama-se de imaginária esta construção, porque é a maneira pela qual o tecido simbólico da ideologia permite que os indivíduos sociais representem e concebam estes processos históricos que dissimulam o real, e que mantêm a (des) ordem das coisas em um lugar pré-concebido e autoritariamente determinado.

A construção do Brasil origina do que Darcy Ribeiro chama “idéia de um povo novo”. Novo porque “inaugura uma nova forma singular de organização sócio-econômica, fundada em um tipo renovado de escravismo e numa servidão continuada ao mercado mundial. Novo, inclusive, pela inverossímil alegria e espantosa vontade de felicidade, num povo tão sacrificado, que alenta e comove a todos os brasileiros”⁷⁵. Velho, porém, porque “Se viabiliza [...] como um implante ultramarino da expansão européia, que não existe para si mesmo, mas para gerar lucros exportáveis pelo exercício da função de provedor colonial de bens de mercado mundial, através do desgaste da população que recruta no país ou importa”⁷⁶, na acepção de um país atrasado por vanguarda. Propagandear que o Brasil é um país de todos é falácia que desconsidera as populações invalidadas pela conjuntura. O desempregado é como uma espécie de anomalia inevitável do ornitorrinco, como intitulou o sociólogo Francisco de Oliveira a organização político-econômica do Brasil. O problema, pois que se apresenta é o de entender, mediante análise das lacunas ideológicas das formações sociais que se enfrentam e se fundem para a

⁷⁴ CHAUI, Marilena, Id.

⁷⁵ RIBEIRO, Darcy, Op. cit, p.20.

⁷⁶ RIBEIRO, Darcy, Id.

construção imagética deste país de todos, onde fica o desempregado nesta lógica e quais as nuances que possibilitam que "subjacente à uniformidade cultural brasileira se esconda uma profunda distância social, gerada pelo tipo de estratificação que o próprio processo de formação social produziu. O antagonismo classista que corresponde a toda estratificação social aqui se exarceba, para opor uma estreitíssima camada privilegiada ao grosso da população [...] para acumular debaixo da uniformidade étnico-cultural e da unidade nacional, tensões dissoativas de caráter traumático [...]"⁷⁷. Darcy Ribeiro esclarece, ainda, que:

O povo-nação não surge no Brasil da evolução de formas anteriores de sociabilidade, em que grupos humanos se estruturam em classes opostas, mas se conjugam para atender às suas necessidades de sobrevivência e progresso. Surge, isto sim, da concentração de uma força de trabalho escrava, recrutada para servir aos propósitos mercantis alheios a ela [...]. Nessas condições, exacerba-se o distanciamento social entre as classes dominantes e as subordinadas, e entre estas e as oprimidas, agravando as oposições [...] em consequência as elites divergentes, primeiro lusitanas depois luso-brasileiras, viveram sempre e vivem ainda sob o pavor e pânico do alçamento das classes oprimidas.

A estratificação social separa e opõe, assim, os brasileiros ricos e remediados dos pobres e todos eles dos miseráveis [...]. Nesse plano, as relações de classes chegam a ser tão infranqueáveis que obliteram toda comunicação propriamente humana entre a massa do povo e a minoria privilegiada, que a vê e a ignora, a trata e maltrata, a explora e a deplora, como se esta fosse uma conduta natural.⁷⁸

A noção de país novo problematizada por Darcy Ribeiro é retomada pelo sociólogo Antônio Cândido de Melo, que ressalta que até a década de 30 esta noção fazia perpetrar a idéia de que a pobreza e a miséria eram problemas superáveis, porque o Brasil era uma nação próspera. "[...] Surge a idéia complementar de que a América tinha sido predestinada a ser a pátria da liberdade, e assim consumir os destinos do homem do ocidente. Esse estado de euforia foi herdado pelos intelectuais latino-americanos, que o transformaram em instrumentos de afirmação

⁷⁷ RIBEIRO, Darcy, *Ibid*, p.23-24.

⁷⁸ RIBEIRO, Darcy, *Ibid*, p.24.

nacional e em justificativa ideológica [...]”⁷⁹. A literatura nacional, sobretudo a romântico-ufanista, teve papel preponderante nessa construção imaginária do país próspero, “de todos”.

[...] A literatura se fez linguagem de celebração e terno apego [...] com apoio na hipérbole e na transformação do exotismo em estado de alma. O nosso céu era mais azul, as nossas flores mais viçosas, a nossa paisagem mais inspiradora que a de outros lugares [...]. A idéia de pátria se vinculava estreitamente à de natureza e em parte extraía dela a sua justificativa. Ambas conduziam a uma literatura que compensava o atraso material e a debilidade das instituições por meio da supervalorização dos aspectos regionais, fazendo do exotismo razão de otimismo social [...]”⁸⁰

Francisco de Oliveira, por sua vez, postulou que o Brasil desde sua formação combinou uma posição de “vanguarda do atraso e atraso da vanguarda”, já que “[...] na retaguarda do processo da expansão capitalista mercantil [...], o Brasil, exemplarmente, nascia para o sistema na sua vanguarda, isto é, como lugar de produção”⁸¹. O neoliberalismo à brasileira imputou ao país a condição de colônia de exportação à deriva da sustentação das metrópoles desenvolvidas, onde:

[...] a industrialização, pensada como a condição *sine qua non* para a ruptura da relação de subordinação e dependência de países produtores de bens primários *versus* produtores de bens industriais, repôs a relação desigual, posto que foram empresas dos países centrais que estiveram e estão à frente dos ramos dinâmicos e, fragorosamente produziu uma dívida externa, cujo o resultado foi o de transformar o dólar e outras moedas fortes no pressuposto e resultado da acumulação de capital, retirando os graus de liberdade e desenvolvimento autônomo”⁸²

dando ao Brasil a concretude da impossibilidade hegemônica e da realidade performática da exclusão e do atraso e a “[...] vanguarda do atraso consiste em

⁷⁹ CÂNDIDO, Antônio “Literatura e subdesenvolvimento”, in: *A educação pela noite e outros ensaios*, São Paulo: Editora Ática, 1989, p.141.

⁸⁰ CÂNDIDO, Antônio, Id.

⁸¹ OLIVEIRA de Francisco, “Vanguarda do atraso e atraso da vanguarda”, in: *Os direitos do antivalor: A economia política da hegemonia imperfeita*, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998, p.206.

⁸² OLIVEIRA de Francisco, Ibid, p.206-207.

chegar aos mesmos limites superiores do capitalismo desenvolvido, sem ter atingido seus patamares mínimos[...]”⁸³, já que o neoliberalismo da exclusão é o centro da contradição que encerra a idéia de democracia latino-americana.

Este atraso de vanguarda, em Francisco de Oliveira, constitui a escassa possibilidade de reverter a situação de exclusão que os modelos de crescimento, tardiamente adotados no Brasil, representam. “[...] Essa renúncia de combater o desemprego, amparada nessa fatalística interpretação da reestruturação produtiva globalizada, corresponde a aceitar que as sociedades latino-americanas estarão irremediavelmente divididas entre um contingente empregável e um largo contingente ‘inempregável’”⁸⁴, conforme esboçou também Robert Castel acerca das populações supérfluas, na tese acerca da crise da sociedade do salário. Conceber o Brasil pelo prisma desenvolvimentista percorrido pelas nações européias implica em desconsiderar a formação colonial do país que, em sua fatalística legitimidade da subserviência, percorre um holocausto de ser a base que permite que, na estrutura capitalista, as nações-berço da realidade de primeiro mundo existam. O imperativo do “Vai trabalhar, vagabundo... Vai te entregar, vai te estragar, vai te enforcar, vai caducar, vai trabalhar, vai trabalhar, vai trabalhar” filiado às políticas integralistas e a negação das desigualdades enquanto fruto da ação humana (tidas, sim, como predestinação divina) derresponsabilizam o Estado e dão ares de realidade ao discurso que submete mulheres e homens ao cotidiano perpetuado de misérias, forçando a desempregada e o desempregado a enxergarem a si mesmos enquanto a escória da humanidade que na estrutura do poder é dinheiro estão condenados e se auto-condenam à dócil-sôfrega espera pela escravidão do emprego, na concepção imagético-estrutural do paira social na cadência da opereta do malandro, que não é, de modo algum, um sujeito de bem, na concepção capitalista do que é ser *do bem*.

⁸³ OLIVEIRA de Francisco, *Ibid*, p.208.

⁸⁴ OLIVEIRA de Francisco, *Ibid*, p.214.

5 Conclusão

O discurso implementado pela propaganda do Governo Federal, que se utiliza da frase “Brasil um país de todos”, serve de exemplo das retóricas socialmente forjadas nos interstícios da construção cultural brasileira. A frase perpassa e se estende por meio das idéias unificadoras, em uma sociedade fundamentada nas desigualdades e que, paradoxalmente, nega tais desigualdades. Se olharmos pelo prisma das políticas integracionistas, o fim da propaganda é o de lançar sobre o imaginário coletivo a idéia não de que há, de fato, igualdade de oportunidades, mas de que em se tratando de uma nação que veste a fantasia de democrática, o Brasil deve ser um “país de todos” e que para tanto as políticas de inclusão seriam justificáveis. É importante lembrar, que este *slogan* foi utilizado durante os quatro anos de governo Lula seja para falar de saúde, transporte, educação, em que os números de avanço do governo eram apontados. Por este viés, a propaganda tem legitimidade, visto que trata de construir a idéia de que o Brasil deve ser de todos, ao menos se quiser manter a idéia de que é uma nação democrática. Mas o que a pesquisa propôs demonstrar é que por mais que haja esforço por parte do Estado para diminuir as abissais diferenças que a organização classista impõe, as ideologias de uniformidade, igualdade de oportunidades e de negação das tensões de classe criam um entrave à libertação de mulheres e homens e igualmente um entrave à própria noção de pátria.

Desse modo, entender a situação do desempregado brasileiro no contexto das relações desiguais, antes de tudo fundantes, supõe desconstruir as neuroses de uma democracia que se enreda nos conflitos de classe, mas finge ser o berço da unidade nacional. Esta injunção entre representação, relações sociais e história parece justificar a análise proposta, embora limitada pelo recorte. No jogo emblemático das mitificações que caracterizam a cultura nacional, qualquer e no ranço dos embates que permeiam o cotidiano de muitos, muito se faz para manter a ordem, pouco se faz para desnudar a des-ordem. Ideologias ingeridas, mesmo que indigestas, afastam os brasileiros do conhecimento das celas que os encerram e privam do encontro com a autonomia do ser-sujeito. A noção cultural de que o Brasil é um país de todos é

inverdade que deve ser entendida enquanto tal. A partir desta descoberta, novas possibilidades de organização podem ser concebidas. Mas, enquanto se pensa que as oportunidades estão aí, translúcidas ou mesmo que o desemprego é consequência inevitável em meio às transformações capitalistas, os indivíduos não se tornam agentes históricos e sim permanecem subsumidos na real história das apropriações das consciências.

Muitos teóricos brasileiros têm se empenhado em análises que giram em torno e no cerne das desigualdades (sejam elas de gênero, étnica, econômica...). O estudo que pontuou, embora com pouca propriedade neste momento, também partiu do questionamento acerca de relações que são desiguais. Em um contexto onde mulheres ainda apanham porque se julga legítimo que assim o seja, onde negros são a personificação da negatividade e onde desempregados nem sequer chegam a ser reconhecidos e se o são contam como números numa lógica capitalista, não há como não concluir que a des-organização social e política brasileira permite que as relações autoritárias se firmem e que a maioria que é, surpreendentemente, transformada em minoria sem voz, esteja apartada do banquete dos injustos, por assim dizer.

Não há como se falar em uma nação de todos se há desemprego. O que intriga é o fato de que por mais que este argumento denuncie as contradições que tornam o discurso social mentiroso, ele não deixa, nem por isso, de ser absorvido. As neuroses culturais que possibilitam uma não-reflexão dos agentes e não-agentes (sob uma perspectiva econômico-social) sobre a apropriação de valores (sim, porque dinheiro nada mais é que valor, já teorizou Marx, embora não seja o único valor apropriável) e a abissal diferença de classe que isso permite me acordam para o desejo desenfreado de compreensão, que será desenvolvido com maior propriedade em um futuro estudo. Mas os objetivos de análise se firmaram para lá do entendimento teórico que se fundiu com minha carga experimental-reflexiva. Propus, com este estudo, que mulheres e homens se libertem da sedução e eficácia das inverdades, sociais e publicitárias que justificam opressões e que são mediadas pelo cérebro a-corpóreo do sujeito moderno: A mídia.

6 Referências:

ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, M. In: *A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985;

BUARQUE de HOLANDA, Sérgio, in: *Visão do paraíso*, São Paulo: Brasiliense / Publifolha, 2000;

CÂNDIDO, Antônio “Literatura e subdesenvolvimento”, in: *A educação pela noite e outros ensaios*, São Paulo: Editora Ática, 1989;

CASTEL, Robert in: *As metamorfoses da questão social – Uma crônica do salário*, Petrópolis: Editora vozes, 1998;

CHAUI, Marilena, in: *Cultura e democracia – O discurso competente e outras falas*, São Paulo: Cortez, 2003;

CLASTRES, Pierre, in: *A sociedade contra o Estado*, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978;

HALL, Stuart, in: *Identidade cultural na pós-modernidade*, Rio de Janeiro: DPEA Editora, 1999;

LAFARGUE, Paul *O direito à preguiça*. Disponível em <www.geocities.com/jneves_2000/lafargue.htm>.

LAFARGUE, Paul, *O direito à preguiça*, São Paulo: claridade, 2003;

MARX, Karl in: *O capital – Crítica da economia política, livro primeiro*, Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1998;

MASI de Domenico (org.), in: *A economia do ócio*, Rio de Janeiro: Sextante, 2001;

OLIVEIRA de Francisco, “Vanguarda do atraso e atraso da vanguarda”, in: *Os direitos do antivalor: A economia política da hegemonia imperfeita*, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998;

PRYSTHON, Ângela, *Estudos Culturais: Uma indisciplina?* In *Comunicação e espaço público, Vol 1 e 2*, publicação do programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

RIBEIRO, Darcy, in: *Povo brasileiro – Formação e sentido do Brasil*, São Paulo: Companhia das letras, 1988;

RIBEIRO, Darcy. In *Universalidade e nação*, Porto Alegre: L&PM, 1979.

RUSSEL Bertrand in: *O elogio ao ócio*, Rio de Janeiro: Sextante, 2002;

SCHWARZ, Roberto. In *A lata de lixo da história* São Paulo, 2000.

SCHWARZ, Roberto, In: *Cultura e política*, São Paulo: Paz e terra;

TOMAZI, Nelson Dácio, coordenador in: *Iniciação à sociologia*, São Paulo: Editora Abril, 2000;

VAZ de CAMINHA Pero, *Terra de Vera Cruz*, abril de 1500. Disponível em <<http://www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/carta.html>>.

